

O esforço do nosso tempo...¹

Cristina Palmeirão Faculdade de Educação e Psicologia, UCP

Resumo

O trabalho que se apresenta foi elaborado em ordem a uma questão central: a educação intergeracional (que faz parte de um projecto maior que é o nosso projecto de doutoramento) enquanto esforço necessário para promover atitudes e valores altruístas e responsáveis. O estudo aborda também, de forma sumária, a evolução demográfica, noções de envelhecimento activo, envelhecimento saudável e solidariedades enquanto compromissos e ideais de uma qualquer sociedade educativa.

“Envelhecer não se resume apenas a uma decomposição e um definhamento. Possui, tal como qualquer dos estádios da vida, os seus próprios valores, o seu próprio encanto, a sua própria sabedoria, a sua própria tristeza; em termos de uma cultura em certa medida florescente foi com alguma razão que se demonstrou um determinado respeito pela idade, sentimento esse que hoje é granjeado pela juventude. Deixemos de lhes levar isso a mal, porém não devemos permitir que ninguém nos convença de que a idade não vale de nada.”
Hesse, 2002, p. 50-51

¹ Doutoranda em Ciências da Educação, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Universidade do Porto e Bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

Introdução

A importância atribuída às idades da vida adquire na actualidade uma dimensão jamais sentida. A ciência da população explica minuciosamente as causas de tamanha instabilidade, nomeadamente, o envelhecimento e o declínio da fecundidade. Mas é a questão da longevidade (mais as consequências que dela sobrevêm) que não pára de surpreender (e inquietar) o mundo. Os debates sucedem-se na procura de novas sinergias e de uma pedagogia habilitada a desafiar atitudes e procedimentos cada vez mais altruístas.

O desenvolvimento pleno e harmonioso da pessoa exige uma pedagogia que invoca todos os nossos sentidos e o esforço de todos nós. Um desafio maior, porquanto intima a uma praxis estruturada em ordem à respeitabilidade, à honorabilidade, à liberdade, à solidariedade...

O mundo tende a mudar, mas a exigência dos valores intrínsecos a uma cidadania plena mantêm-se. Nesse sentido, há que repensar a atitude de todos nós. Tudo depende da tolerância, da compreensão e do conhecimento de cada um. À medida que aumento a esperança de vida, maior é a necessidade de vínculos afectivos e solidários. A vida para além dos sessenta e cinco anos de idade solicita um olhar atento e uma disponibilidade superior aos que a nossa contemporaneidade permite. De qualquer forma, uma sociedade que se diz do conhecimento e da inclusão tem de gerar “redes” capazes de sustentar a totalidade do desenvolvimento humano.

O «envelhecimento bem-sucedido» de que nos fala António Fonseca (2005) exige, de facto, uma gestão cuidadosa das suas (nossas) potencialidades e dos seus (nossos) limites. E do equilíbrio a consciência de se ser quem é.

1. A tradição já não é o que era ...

Nas últimas décadas, o mundo assiste, de forma contínua, ao envelhecimento das sociedades e das populações. E, se é verdade que os espaços definem as trajectórias demográficas (Rosa & Vieira, 2003), gerando diferentes assimetrias e problemáticas, também é real que a moderna dinâmica populacional, “onde o crescimento natural da população tende para zero” (Nazareth, 2004, p. 41) origina

situações ímpares. O controlo sobre a fecundidade é cada vez maior, circunstância que garante que as mulheres e os homens prorroguem invariavelmente o nascimento do seu primogénito. Mas é à evolução global da medicina e às novas tecnologias que o homem e a mulher conquistam uma maior longevidade.

Neste percurso, a população com idade maior ou igual a sessenta e cinco anos atinge valores nunca alcançados. O número de pessoas idosas não pára de crescer. Em cem anos, de 1900 a 2001, Portugal quintuplica o número de indivíduos seniores, aumentando de 310.079 para 1.693.493 (Rosa & Vieira, 2003, 107). “Os idosos atingem já os 20% da população em vários países e tornam-se uma franja poderosa das sociedades democráticas e uma preocupação social dos estados”, escreve Constança Paúl (2005, p. 21).

De facto, a reviravolta das estruturas etárias tem efeitos muito para além da sobrecarga numérica (Palmeirão, 2000). A complexidade é de outra natureza. Satisfação e qualidade de vida são agora os principais requisitos para um envelhecimento saudável e feliz.

E se, à família tradicional se associavam vínculos muito fortes e uma teia de relações bastante alargada, onde pais, filhos, avós e netos partilham (partilhavam) o mesmo espaço físico, afinidades e referências ancestrais com valores capazes de sustentar a relação geracional, hoje a realidade é outra. Os laços subsistem e a relação acontece, na maioria das vezes, sem proximidade física, ou seja, numa “proximidade à distância”, como diz Ana Fernandes (1997).

Os laços sociais da nossa cultura são, cada vez mais, ligações efémeras, vulneráveis e delicadas. O modo de olhar e sentir os relacionamentos mudou. Provavelmente porque também o mundo mudou. Os avanços conseguidos no suceder dos tempos atiram-nos para uma nova era – a Globalização. Um tempo de “conexões que abarcam o mundo” (Giddens, 1999, p. 34), onde a “geração blog” comunica e constrói um outro sentido de si e do mundo. Paralelamente, despontam sentimentos confusos e uma valorização mediática e pouco consistente de princípios e instituições até então indiscutíveis.

A tradição já não é o que era, gritam vozes mais conservadoras. Outrora o casamento, o divórcio, a eutanásia, o aborto, ... eram questões intocáveis. Na actualidade, fazem-se referendos, auscultam-se sensibilidades e opiniões, de forma a garantir “liberdades individuais” de cada um de nós enquanto sujeito activo do seu próprio projecto de vida (pese embora o elevado número de abstenções!).

A par de uma visão esclarecida coexistem, ainda, situações e dispositivos geradores de exclusão que, tanto podem ser de ordem interna – indivíduo, ou externa – sociais, ambientais. Precisa-se de uma política educativa e social eficaz. Uma política capaz de modernizar e facilitar a vida dos cidadãos e, assim, estimular e garantir “a realização completa do homem, em toda a sua riqueza e na complexidade das suas expressões e dos seus compromissos (...) (Delors et al, 1996, p. 87) e, simultaneamente, reconfigurar as nossas representações sociais, atitudes e valores. O que está em jogo não é apenas o futuro mas, também, o presente de todos nós.

Combinar o respeito, a dignidade, a autonomia e a solidariedade é, de facto, a melhor receita para a construção de uma cidadania activa e participativa. O segredo é tão só a junção de todos estes ingredientes. Claro que não é um exercício fácil. Exige de todos nós uma boa dose de bom senso e a mistura enérgica de sensibilidade, doçura, serenidade e, claro, conhecimento. O que em nosso entender implica uma filosofia de vida e não apenas uma política intervencionista (Palmeirão, 2000).

2. Disponibilidade para ...

Nos contextos contemporâneos, a questão da disponibilidade é da máxima importância. A multiplicidade e a diversidade das práticas quotidianas acorream-nos a uma vida precipitada, veloz e, em muitos casos, vidas distantes e, porventura, vazias de conteúdo. Olhamo-nos e não nos vemos. Não tenho tempo, repetimos vezes sem conta a nós e aos outros (quaisquer que sejam os outros – marido, esposa, companheiro(a), filho(a), amigo(a), irmão, pai, mãe, avó, avô, colega, ...).

O tempo, um constructo complexo, ambíguo e até enigmático, torna-se absoluto e real (Pinto, 2001). Marca decididamente o mistério e o ciclo da vida humana. Num ritmo próprio move-se (e colide), frequentemente, entre tempos pessoais, profissionais, escolares, afectivos, sociais, ...

Neste suceder, a falta de tempo activa a “proximidade à distância”, e “laços virtuais” cada vez mais “formatados” e organizados em “sites” de lugar nenhum.

Razões económicas estão, normalmente, na origem do afastamento consentido (ou não) de famílias e estruturas familiares. Partem na esperança de

encontrarem melhores condições de vida. A prova está no elevado índice de desertificação de consideráveis áreas do território nacional.

De facto, a nossa disponibilidade tem muito que ver com a nossa própria capacidade de resposta - pessoal, social, económica, afectiva, ... Mas, a faculdade de dispor dos nossos próprios bens nem sempre é uma prerrogativa exclusivamente pessoal. A verdade é que a questão económica condiciona, invariavelmente, as dimensões de indole social, funcional, etc. Que, no caso da população mais idosa, adquire proporções complexas e de maior grau de exigência.

Um documento recente, o Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI 2006-2008, p. 11) [On-line], <http://www.portugal.gov.pt.>, esclarece que

“a população idosa é o grupo populacional que vive em maior risco de pobreza. Em 2004, 29% viviam em risco de pobreza (30% de mulheres, 29% de homens) face a 21% da população total”.

Situação inquietante, porquanto existem outros indicadores a reforçar a vulnerabilidade desta população. Entre eles “a perda de autonomia, o isolamento social, as más condições habitacionais e o difícil acesso a serviços de saúde e/ou de apoio social” (Idem). Nesse sentido e, tendo em atenção todas estas situações e, sobretudo, a consciência de que vivemos tempos desiguais, acreditamos ser prioritário a construção de uma coesão social sólida e conseqüente com os ideais de uma sociedade educativa. O que significa dizer uma sociedade “constituída por comunidades fortes de aprendizagem plenamente capacitadas para gerir a educação e a formação, consoante as suas identidades comunais” (Carneiro, 2001, p. 160).

3. Construir espaços de vida

Construir e privilegiar espaços de vida diferenciados é o esforço maior do nosso tempo. Neste pressuposto, a construção permanente de um paradigma de envelhecimento humano activo e de raiz humanista é imperativa.

Propósito que implica um processo conjunto e, sobretudo, uma visão estratégica plural. Em ordem à protecção e inclusão Social, o Conselho Europeu da Primavera de 2006, através do PNAI, definiu um conjunto de acções no sentido de

- “(a) Promover a coesão social e a igualdade de oportunidades para todos, através de políticas de inclusão social e sistemas de protecção social adequados, acessíveis, financeiramente viáveis, adaptáveis e eficientes.
- (b) Interagir de perto com os objectivos de maior crescimento económico e mais e melhores empregos fixados em Lisboa e com a estratégia de desenvolvimento sustentável da UE.
- (c) Reforçar a governação, a transparência e a participação dos agentes relevantes na concepção, aplicação e acompanhamento das políticas”.

Todavia, esta decisão implica outro tipo de acções

- i) Combater a pobreza das crianças e dos idosos, através de medidas que assegurem os seus direitos básicos de cidadania;
- ii) Corrigir as desvantagens na educação e formação/qualificação;
- iii) Ultrapassar as discriminações, reforçando a integração das pessoas com deficiência e dos imigrantes (Idem).

E interações capazes de estimular atitudes, competências e saberes. Viver é aprender, diz um ditado popular. Mas aprender é hoje um exercício maior de participação e de cidadania. Onde a construção de espaços de identidade e de vida passam por gerar estruturas flexíveis e, sobretudo, estruturas capazes de responder a um tão grande desafio que é o envelhecimento e a maior longevidade das populações. Fenómenos que rompem de forma total com os tradicionais equilíbrios intergeracionais, tanto na distribuição demográfica como nas inter-relações, solidariedades e compromissos entre gerações dentro da própria família e na sociedade (Parra Junquera, 2006).

4. Descobrir novas potencialidades

Numa obra datada de 2001, Bernstein referia que “aprender numa sociedade totalmente pedagógica” é valorizar uma lógica da “formatação” e de certificação em detrimento de uma lógica mais sedutora, de raiz interactiva e capaz de gerar no indivíduo uma consciência participativa e motivadora.

Contemporaneamente sobressaem desafios maiores e, naturalmente, outros decursos e competências, onde a educação e a aprendizagem ao longo da vida, fazem todo o sentido. Joaquim Azevedo sublinha que,

“o que está em jogo, no essencial, não é apenas ensinar, é aprender; não é só transmitir conhecimentos codificados, é proporcionar a comunicação e a emergência de aprendizagens significativas para cada cidadão; não é só fomentar a aquisição de saberes, mas também o desenvolvimento de competências, a aquisição de novas atitudes, de novos comportamentos, novos modos de vida em comum (...)”

É pública a crescente inquietação fase à (in)comunicação e às interações virtuais que a actual geração tão obstinadamente persegue. O mundo inteiro gira em torno das novas tecnologias esquecendo, frequentemente, que nem todos sabem comunicar via virtual. Parece paradoxal, mas a realidade é ainda bastante complexa de entender, principalmente para muitos dos indivíduos de idade maior a 65 anos (e não só ...). Devemos fomentar a comunicação com outras gerações, palavras-chave, normalmente extraídos dos trabalhos nacionais e/ou internacionais.

No Relatório elaborado no âmbito da II Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, realizada em Madrid, no ano de 2002, pode ler-se:

“É indispensável incorporar a questão do envelhecimento nos programas mundiais. É preciso um esforço concertado para adoptar um enfoque amplo e equitativo em matéria de integração de políticas. A tarefa por realizar é vincular o envelhecimento com outros marcos do desenvolvimento social e económico e com os direitos humanos. Se bem que as políticas concretas podem variar segundo os países e regiões, o envelhecimento da população é uma força universal e tanto pode parar ou moldar o futuro como a mundialização. É indispensável reconhecer a capacidade das pessoas de idade para fazer ofertas à sociedade não apenas tomando a iniciativa para seu conjunto. Um pensamento progressista reclama que aproveitemos o potencial da população que envelhece como base do futuro”.

Todavia, não chega decretar o contacto intergeracional; é preciso fazer germinar uma consciência e uma cultura específica de empatia, de cuidado e de “proximidade” (Baptista, 2005). Desdizer que todos os velhos são pessoas incapazes de ser e estar como qualquer outra pessoa.

Nesta perspectiva, a educação intergeracional é um desafio crescente na sociedade do século XXI, porquanto “descobre os valores comuns a grupos de idades diferentes e permite levar a cabo projectos de vida em comum” (Garcia

Mínguez, 2002, p. 21 cit. Bedmar Moreno, 2005, p. 76). Um olhar mais atento denuncia já o despontar de uma série de práticas de mediação cuja finalidade é a própria educação intergeracional. Por vezes, pequenas experiências, mas nobres atitudes que desejam estimular o convívio entre pessoas (e instituições).

Há pouco mais de um ano, tivemos o grande privilégio de ser parte de um exercício de mediação intergeracional. A história é simples mas elementar para facilitar (e compreender) prodigiosos encontros (e saberes) entre pessoas de diferentes idades e circunstâncias de vida. Falamos de um projecto de intervenção e educação intergeracional – Redes de Encontro Intergeracionais, accionado em ordem a um trabalho relacionado com a interacção geracional enquanto estratégia educativa para o desenvolvimento de atitudes, saberes e competências entre gerações².

Mais de trinta pessoas - crianças e adultos (dez dos quais adultos seniores), participaram de forma directa e comprometida no projecto. Promover a participação e o contacto intergeracional foi, de facto, uma das nossas maiores ambições. Semanalmente (e durante cerca de três meses) na escola (1º Ciclo) ou no “Lar de Idosos”, os encontros sucederam-se e desenvolveram-se de forma (quase) natural. Não fora o facto de termos conhecimento do despoletar da acção e muito dificilmente perceberíamos tratar-se de um grupo sem precedentes relacionais. Tão grande era a empatia. Da observação e das acções realizadas sobressaem atitudes positivas e, principalmente, a percepção de que é possível conciliar tempos e idades diferentes.

Estimular a educação intergeracional é, a nosso ver, uma estratégia vital e um passo enorme para a tão desejada “cultura da ancianidade”. Todavia, o desenvolvimento desta cultura exige oportunidades e um comprometimento social permanente e afectivo. A comunicação é a base das relações humanas e desenvolve-se no sentido de construir espaços de convivialidade e interacções positivas e significativas.

²² Trabalho a desenvolver no âmbito do nosso Doutoramento - A interacção geracional como estratégia educativa: um contributo para o desenvolvimento de atitudes, saberes e competências entre gerações. E, praticado no âmbito de um micro-projecto do “Activar a Participação” (REAPN, 2006).

De facto, o encontro intergeracional deve fazer-se de forma consciente e, sobretudo, numa perspectiva sociopedagógica. Nesse pressuposto,

“É preciso dar novo valor à dimensão ética e cultural da educação e, deste modo, a dar efectivamente a cada um, os meios de compreender o outro, na sua especificidade, e de compreender o mundo na sua marcha caótica para uma certa unidade. Mas antes, é preciso começar por se conhecer a si próprio, numa espécie de viagem interior guiada pelo conhecimento, pela meditação e pelo exercício da autocrítica (Delors et al, 1996, p. 16)

Conclusão

O mundo actual é, já o dissemos, muito exigente e em constante mutação. Induzem-se estereótipos de beleza que, na maioria das vezes, são processos contranatura, onde os cidadãos maiores de sessenta e cinco anos de idade têm inúmeras dificuldades de permanecerem e/ou continuarem os seus próprios percursos de vida. As novas dinâmicas familiares e o “duelo” constante de uma carreira profissional (que se deseja) louvável a par dos imensos “apertos” económicos forçam situações de (auto)exclusão e, por vezes, uma morte social precoce.

É verdade que a sociedade tem já uma série de instituições (formais e/ou informais) capazes de responder a alguns dos muitos desafios que a população sénior coloca. Mesmo assim, carece ainda de uma resposta eficaz e eficiente, onde a questão da cooperação e da interdependência seja, de facto, uma questão preponderante nas suas dinâmicas organizacionais e, principalmente, relacionais. “Podemos sentir empatia com as crianças porque já fomos como elas. Mas faltam-nos experiências que nos permitam compreender os velhos” diz Machado Pais (2006, p. 174).

Concluimos, parafraseando um jovem, de 10 anos de idade, participante no nosso projecto - Redes de Encontro Intergeracionais que, num texto produzido a propósito da pessoa idosa escreve:

“ O idoso é uma pessoa que tem muita idade e devemos respeitar e ajudar porque se não daqui a mais uns anos, também vamos ser idosos e também depois, queremos que nos respeitem e que nos ajudem (...)”.

Bibliografia

BERNSTEIN, Basil (2001) Das pedagogias aos conhecimentos. Educação, Sociedade & Culturas, 15, p. 9-17

DELORS, Jacques et al (1996) Educação um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI. Porto: Asa

FERNANDES, Ana Alexandre (1997) Velhice e sociedade. Oeiras: Celta Editora

FONSECA, António Manuel (2005) Desenvolvimento humano e envelhecimento. Lisboa: Climepsi

GIDDENS, Anthony (1999) Para uma terceira via. Lisboa: Editorial Presença

HESSE, Hermann (2002) Elogio da velhice. Alges: Difel

<http://www.portugal.gov.pt/NR/rdonlyres/FE4A1BA9-EE5D-432B-A7B0-0FA072587A1C/0/PNAINacional20062008Site.pdf>, 12/02/07

MARCHAND, Helena D'Orey (2005) A idade da sabedoria. Maturidade e envelhecimento. Porto: Âmbar

NAZARETH, J. Manuel (2004) Demografia. A ciência da população. Lisboa: Editorial Presença

PAIS, José Machado (2006) Nos rastros da solidão. Deambulações sociológicas. Porto: Âmbar

PALMEIRÃO, Cristina Maria Gomes da Costa (2000) Uma pedagogia para a terceira idade. Contributos. Porto (Tese de mestrado polic. UPT)

PARRA JUNQUERA, José (2006) Solidariedades familiar e solidariedades políticas? Una cuestión ética en las políticas sociales para los mayores. RUBIO HERRERA, Ramona et al (2006) Temas de Gerontología. V. Nuevas Perspectivas de Intervención en Mayores. Granada: Universidad de Granada, p. 47- 61

PAUL, Constança & FONSECA, António M. (Coord.) (2005) Envelhecer em Portugal. Lisboa: Climepsi

PINTO, José Manuel Sousa (2001) O tempo e a aprendizagem. Subsídios para uma nova organização do tempo escolar. Porto: Asa

Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI 2006-2008) [On-line], <http://www.portugal.gov.pt>, 12/02/07

ROSA, Maria João Valente & VIEIRA, Cláudia (2003) A população portuguesa no século XX. Lisboa:ICS

STOER, Stephen R. & MAGALHÃES, António (2005) A diferença somos nós. A gestão da mudança social e as políticas educativas e sociais. Porto: Afrontamento